



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2021
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2021

O MUNICÍPIO DE DEODAPÓLIS, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Comissão de Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a licitação em epígrafe, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, demais alterações e Legislação Complementar, para **CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**, do tipo **Maior Oferta por item**, às **08:00 horas do dia 16 de dezembro de 2021**, ocasião em que serão recebidos e abertos os envelopes contendo “**DOCUMENTAÇÃO**” e “**PROPOSTA**”, pela Comissão Permanente de Licitações, na forma e condições orafixadas:

1- DO OBJETO

1.1. - Constitui objeto da presente Licitação a **seleção de pessoas jurídicas**, para a outorga de **CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, DESTINADO A EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS**, localizado nas dependências do Terminal Rodoviário e na Praça Adelaide Alves de Lima em Deodópolis - MS, em conformidade com o Anexo I - Proposta, deste Edital.

1.2. -Esta concorrência destina-se a Concessão de espaços físicos, com dimensões e localização especificadas no Anexo I, e no subitem 8.2 deste Edital, pela **MAIOR OFERTA**, por Pessoa Jurídica especializada nos ramos disponíveis, e de conformidade com o que determina as normas de Saúde Pública - Vigilância Sanitária, nos dias e horários de funcionamento, em regime de concessão de uso para fins comerciais.

1.3. -A exploração deverá ser contínua, sem interrupção, pelo período de vigência do contrato de concessão.

2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. - Poderão participar da presente Licitação **PESSOAS JURÍDICAS** que preencham todos os requisitos estabelecidos neste edital, que não estejam impedidos legalmente de participar de Licitações, e façam a entrega dos envelopes até o dia e horário acima mencionado, sob pena de exclusão do licitante em participar da licitação.

2.2. - A presente concessão de uso será adjudicada por unidade (ITEM), ao concorrente vencedor, vedada sua transferência a qualquer título, sob pena de rescisão contratual.

2.3. - A adjudicada assinará o Termo de Concessão com a Administração Municipal em até 05 (cinco) dias após a publicação do resultado, ressalvados os prazos recursais e conforme minuta que integra o presente edital - ANEXO - VIII, devendo iniciar imediatamente a instalação do estabelecimento;

2.4. - A fiscalização do objeto dessa concessão ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, ou responsável pela fiscalização do contrato de concessão.

2.5. - A adjudicada deverá manter, durante a vigência da concessão, a conservação das instalações, a limpeza da área que a circunda e condições adequadas de higiene e limpeza e saneamento no que couber.

2.6. - É de total responsabilidade da adjudicada: possuir disponibilidade de recursos financeiros para montagem do estabelecimento; a contratação de pessoal para suas atividades; possuir móveis, utensílios e equipamentos disponíveis para início do negócio, o pagamento de todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal, taxas, impostos, emolumentos, bem como, todos e quaisquer encargos que originem da exploração comercial objeto dessa concessão, conforme disposto no Anexo - I e II do edital.

2.7. - Os participantes, declaram desde já admitir interferência do poder competente e ou modificações de interesse público no bem objeto desta concorrência, durante toda a vigência da concessão.

2.8. - Nenhuma modificação poderá ser introduzida na estrutura física do bem em questão (parte física alvenaria, elétrica, hidráulica e etc.), durante todo o tempo da vigência da presente concessão, sem conhecimento e total aprovação do Poder competente, sob pena de responsabilização da concessionária.

2.9. - A remuneração total da prestação obrigacional da adjudicada será exclusivamente originária dos resultados da exploração comercial.

2.10. - A concessionária deverá obedecer os valores mínimo estabelecidos pelo Concedente, constantes do item 8.2 do edital e no ANEXO - II, Termo de Referência.

2.11. - As Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, enquadradas na Lei Complementar 123/06, **que tiverem alguma restrição fiscal e trabalhista** deverão apresentar a **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, com data da emissão não superior a 60 dias, para que a mesma possa usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/06, Artigo 43 §1º.

2.12. - Após o horário marcado para a entrega dos envelopes, não será admitida a participação de outros proponentes, nem mesmo a apresentação de novos envelopes.

2.13. - Todas as benfeitorias e construções efetuadas pela concessionária dentro da área descrita no projeto, com ou sem finalidade de execução do objeto desta concessão, incorporam-se automaticamente ao patrimônio do Município de Deodápolis, não implicando em qualquer tipo de indenização por parte do Concedente.

2.14. - Havendo desistência da adjudicada em continuar explorando o objeto desta concessão, depois de instalada, e antes do término da vigência da presente concessão, sem que o concedente tenha dado causa, as construções e benfeitorias executadas incorporam-se da mesma forma ao patrimônio do

Município de Deodápolis, não ficando este, sujeito ao pagamento de nenhum tipo de indenização.

2.15. - A concessão de uso do bem objeto desta licitação não impede o poder Concedente de exercer seu poder de polícia, no sentido de fiscalizar todas as atividades da concessionária, a fim de garantir a melhor prestação de serviços, dentro dos padrões mínimos de higiene e organização que a atividade requer.

2.18.1 - Fica ainda o Concessionário sujeito a fiscalização, por parte do poder Concedente, do cumprimento de todas as obrigações oriundas dessa concessão e em consonância com o que estabelece o edital, seus anexos e a Lei Municipal.

2.19 - É Vedada a Participação:

- a) de empresas em consórcio;
- b) de empresas das quais possua funcionário ou servidor público pertencente ao quadro de pessoal do Município de Deodápolis;
- c) de empresa que apresente débito para com o Município de Deodápolis, na data da abertura da presente licitação;
- d) de empresa que tenha sido declarada inidônea pela administração Pública Direta e/ou Indireta de âmbito Municipal, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com qualquer órgão da Administração Pública.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. - O representante da empresa deverá antes da entrega dos envelopes de habilitação e proposta, identificar-se apresentando ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com Foto e Prova de Titularidade na empresa, se a empresa enviar representante que não seja sócio, gerente ou diretor, faz-se necessário o credenciamento por procuração, devendo ser por instrumento público ou particular com **firma reconhecida**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para praticar todos os atos no interesse da mesma junto a quaisquer órgãos públicos, juntando a esse, cópia autenticada do contrato social.

3.2. - Só terão direito de usar a palavra, rubricar e ter acesso as documentações e as propostas, apresentar reclamações e assinar a ata, representante legal das concorrentes habilitadas para o ato e os Membros da Comissão Permanente de Licitação.

3.3. - A presença de representante não credenciado na forma deste edital impede que o mesmo se manifeste a respeito de decisões tomadas pela Comissão, bem como, impede-o de ter acesso aos documentos durante a sessão de abertura dos envelopes de "Documentação" e "Proposta".

3.4. - O não comparecimento de representante devidamente credenciado na reunião de recebimento de envelopes de Documentação e Proposta de que trata o preâmbulo deste edital não impedirá que ela se realize.

3.5. - A participação da licitante a este procedimento licitatório implicará em expressa concordância aos termos e condições estabelecidas neste edital.

4 - DA IMPUGNAÇÃO

4.1. - Casos de impugnação do respectivo edital deverão ser feitos de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, artigo 41 e seus parágrafos devendo a mesma ser protocolizada no setor de protocolada Prefeitura Municipal de Deodópolis, não sendo aceita nenhuma impugnação sem o carimbo deste setor.

5 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA:

5.1. - Os interessados em participar da presente CONCORRENCIA, deverão entregar, impreterivelmente no horário, data e endereço citados no preâmbulo deste Edital, 02 envelopes lacrados, contendo os Documentos de Habilitação (Envelope nº 01), e a Proposta de Preço (Envelope nº 02), fazendo constar no exterior de cada um dos envelopes o nome ou denominação da concorrente e os dados:

ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO)

AO MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2021
DATA DE ABERTURA: 16/12/2021.
HORARIO: 08:00 HORAS
RAZÃO SOCIAL
ENDEREÇO COMPLETO

ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA)

AO MUNICIPIO DE DEODAPOLIS - MS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2021
DATA DE ABERTURA: 16/12/2021.
HORARIO: 08:00 HORAS
RAZÃO SOCIAL
ENDEREÇO COMPLETO

5.2. - A proponente que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, para o envelope nº 01 - Habilitação, será **inabilitada**, não podendo destarte, participadas fases posteriores, com a consequente devolução do envelope nº 02 - Proposta de Preços.

5.3. - Não serão permitidas nas propostas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

5.4. - Não será aceita documentação enviada por e-mail.

5.5. - Os documentos necessários à participação na presente licitação, deverão ser apresentados em original, ou por cópia com autenticação procedida por tabelião ou pela Comissão de Licitação, ou ainda pela juntada da (s) folha (s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s), com exceções daquelas emitidas pela internet.

6. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO CONTERÁ OBRIGATORIAMENTE

6.1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia autenticada da Carteira de identidade e CPF ou documento que conste o número dos dois, (se empresa individual), ou de todos os sócios da empresa (se empresa por sociedade);
- b) Cópia autenticada do Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou o Certificado de Micro Empreendedor Individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição e pessoais de seus administradores atuais, também registrado em órgão competente.
- d) Inscrição do ato constitutivo, o caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e documentos dos sócios administradores.

6.2. - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias;

6.3. - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição do **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**;
- b) Prova de inscrição do **Cadastro Estadual** e ou **Municipal** (se isento do Estadual);
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a **Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Pública Municipal** mediante apresentação de Certidão Negativa de competência Municipal, do domicílio sede da licitante. A referida Certidão poderá ser de forma geral (abrangendo todos os tributos), quando for o caso;
- f) Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)**, emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei;
- g) Certidão Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**.

6.4. - DEMAIS DOCUMENTOS:

I) - Documento relativo a Declaração de Inexistência de FatosSupervenientes.

a) Declaração de que não existem fatos supervenientes a esta licitação que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório, será feita através de Declaração (conforme **ANEXOIII**).

II) - Documento relativo a Declaração ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da ConstituiçãoFederal.

b) A comprovação de que a atividade da empresa não contraria o retro citado dispositivo constitucional, será feita através de Declaração (conforme **ANEXO IV**), sob as penas daLei.

III) - Documento relativo à Declaração de aceitação e submissão aoEdital.

c) Declaração expressa de aceitação e submissão a todas as condições do Edital, será feita através de Declaração (conforme **ANEXO VI**).

IV) -Documentação relativo à Declaração de Visita ao Local dainstalação.

d) Declaração expressa em papel timbrado da empresa, de que tomou conhecimento, e visitou o local onde serão instalados e explorado o negocio objeto da licitação.(**ANEXO - VII**).

V) Documento relativo à Declaração de não haver impedimentos Previsto nos incisos do Art. 4º do Art 3º da Lei 123/2006.

e) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, (**ANEXO - V**).

7) - DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS DEHABILITAÇÃO:

7.1. -Qualquer documento apresentado, sem que conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-á valido por 60 (sessenta) dias contados da suaemissão;

7.2. -As certidões apresentadas, impressas via "INTERNET", serão tidas como suficiente à perfeita comprovação da habilitação, desde que em vigência, podendo a qualquer momento a Comissão de Licitação, prestar diligencia para confirmação de sua veracidade;

8 - DAPROPOSTA

8.1. - Na Proposta constaráobrigatoriamente:

a) Endereço e Razão Social da empresa proponente, numero do cnpj, telefone para contato, e- mail, cep, e demais características deidentificação;

b) Descrição do(s) item(ns) e o valorofertado(s);

- c) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- d) Valor total do item;
- e) Data e assinatura do representante legal da empresa, sob o carimbo do CNPJ.

8.2. - Será considerada vencedora, a empresa que **apresentar proposta com maior oferta por item**, que será em relação ao uso mensal das instalações abaixo descritas, sendo que o preço mínimo não será inferiora:

Item	Descrição dos Box	Valor Mínimo
01	Box 04 - Concessão de Área Localizada no Terminal Rodoviário Medindo 20 m ² ; Destinado para Atividades Comercial.	331,00
02	Box 11 - Concessão de Área Localizada no Terminal Rodoviário Medindo 30,80 m ² , Destinado para Atividades Comercial.	474,00
03	Box 15 - Concessão de Área Localizada no Terminal Rodoviário Medindo 16,92 m ² , Destinado para Atividades Comercial.	198,00
04	Quiosque 02 - Concessão de Área Localizada na Praça Adelaide Alves de Lima Medindo 12,00 m ² , Destinado ao Ramo Alimentício em Geral.	400,00

9 - PROCESSO E JULGAMENTO DA CONCORRÊNCIA

9.1. - A Comissão Permanente de Licitação competirá além de outras atribuições que lhe são pertinentes:

- a) - Verificar se os envelopes contendo a Documentação e as Propostas atendem às condições estabelecidas neste Edital;
- b) Examinar em primeiro lugar, antes da abertura do envelope de Proposta, a documentação apresentada a qual deverá estar de acordo com as exigências deste edital que será feito na presença de todos os licitantes;
- c) Julgar inabilitado qualquer licitante que deixar de atender quaisquer exigências do edital, referente à fase preliminar (fase de exame da documentação);
- d) Rejeitar as propostas que não satisfaçam as exigências deste edital, no todo ou em parte e as que se fizerem acompanhar de documentação deficiente ou incompleta;
- e) Rubricar as propostas e oferecê-las à rubrica dos representantes legal presentes no ato;
- f) Em caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se dará através de sorteio, em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados.
- g) A Comissão se reserva o direito de solicitar informações complementares

sempre que julgar necessário.

- h) As propostas em desacordo com o edital, serão rejeitadas na forma da Lei.
- i) Lavrar ata circunstanciada da Concorrência, lê-las, assiná-las e colher as assinaturas dos representantes presentes no ato;
- j) Serão aplicados no processamento desta licitação, e no que couber, o disposto nos arts. 43, 44, 45, 48 e 49, todos da Lei 8.666/93.

10 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1- O julgamento será efetuado levando em conta o atendimento de todos os requisitos constante do subitem 1.1 deste edital e a proposta de remuneração mensal que melhor atenda as conveniências da Prefeitura.

11 - DA CONCESSÃO:

11.1- O Licitante vencedor terá direito a concessão por 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, ensejando para tanto, a celebração de Termo Aditivo.

11.2 - No descumprimento das obrigações constantes no edital, a Concedente poderá a qualquer momento, mesmo durante o período da Concessão, por motivo de superveniente interesse público, revogar a concessão.

- a) Da Concessão a ser outorgada ao proponente vencedor, constará entre outras, que correrá inteiramente por conta do interessado vencedor, as despesas de manutenção do bem ou outras de qualquer natureza, não cabendo a Prefeitura arcar com qualquer tipo de despesas relacionadas com a exploração do negócio;
- b) Que estará sujeito ao pagamento de quaisquer tributos incidentes sobre os serviços constantes deste Edital;
- c) As despesas com água, esgoto e energia elétrica correrão por conta do permissionário, bem como eventuais danos no imóvel e/ou a terceiros.
- d) O permissionário será responsável pela solicitação e custos de ligação de água/esgoto e energia elétrica do imóvel.
- e) Que cumprirá todas as exigências legais no exercício da atividade concedida;
- f) Que estará sujeito a permanente fiscalização do órgão competente da Prefeitura, principalmente no que respeita à exploração da atividade a qual deverá ser realizada em padrão considerado no mínimo satisfatório;
- g) Não poderá o Concessionário ceder ou por qualquer forma transferir a Concessão a terceiros.
- h) O ato de Concessão estipulará multas por infração quando a Administração não preferir optar pela Revogação.
- i) O permissionário em situação de inadimplência por mais de 90 (noventa) dias consecutivos poderão perder a permissão do uso do imóvel, tendo seu

contrato rescindido.

12 - RECURSOS E IMPUGNAÇÃO

12.1. - Eventuais recursos serão admitidos na forma, prazos e com os efeitos estabelecidos no art. 109, da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

12.2. - Eventuais impugnações a este Edital somente poderão ser formuladas dentro do prazo constante nos parágrafos 1º e 2º do Art. 41, da Lei Federal nº.8.666/93.

13 - DA INADIMPLÊNCIA

13.1. - O inadimplemento da adjudicada de qualquer das cláusulas ora pactuadas, acarretará multa sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, especialmente o impedimento, em caráter de suspensão, por 2 (dois) anos contados da data caracterizadora da inadimplência, para participar de licitações de interesse da Prefeitura Municipal de Deodópolis, bem como a rescisão do contrato, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extra-judicial.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. - O Prefeito Municipal poderá, no interesse da Administração e até a assinatura do ato de Concessão, revogar o presente Edital de Concorrência, sem qualquer direito de indenização ou ressarcimento aos participantes.

14.2. - O horário previsto neste Edital para a abertura da documentação e proposta, poderá ser prorrogado até 10 (dez) minutos, a critério da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, independentemente de consulta aos participantes. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Deodópolis - MS, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data definida, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido no preâmbulo desse Edital, desde que não haja comunicação em contrário.

14.3. - As dúvidas que surgirem em qualquer fase da abertura da documentação e propostas, bem como os casos omissos, serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com parecer prévio da Procuradoria Jurídica do Município, caso seja necessário, observados os preceitos legais pertinentes.

14.4. - Os interessados que tiverem dúvidas de caráter legal na interpretação dos termos deste Edital, deverão dirigir-se por escrito à Comissão Permanente de Licitação, com antecedência mínima de até 48 horas do horário fixado para abertura dos envelopes de documentação e propostas.

14.5. - No caso de impedimento da realização do Certame Licitatório na data marcada para recebimento de envelopes, o mesmo deverá ocorrer no primeiro dia útil posterior ao fato que ensejou o impedimento da realização do Certame Licitatório, no mesmo horário.

15 - DO FORO

15.1. - As partes elegem o Foro da Comarca de Deodópolis - MS, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16 -ANEXOS:

16.1. - Integram este Edital como se nele estivessem contidos os seguintes anexos:

Anexo - I	Proposta;
Anexo - II	Termo de Referência;
Anexo- III	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
Anexo - IV	Modelo de Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
Anexo - V	Modelo de Declaração Representante Legal - Lei123/06;
Anexo - VI	Modelo de Declaração de aceitação ao Edital.
Anexo - VII	Modelo de Declaração de Vista do Local da Instalação.
Anexo- VIII	Minuta do Contrato.

Deodápolis - MS, 11 de novembro de 2021.

VALENTINA BERLOFFA BARRETO
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO- II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO Celebração de Contrato de Permissão de Uso de Bem Público, nas dependências do Terminal Rodoviário de e nos Quiosques da Praça Adelaide Alves de Lima em Deodápolis.

O **Box 11**, será destinado a empresa que exerça suas atividades na exploração do Ramo de Venda de Passagens, recebimento e despacho de carga (encomendas), nos Guichês e os demais será para atividades comerciais.

DAJUSTIFICATIVA: A Lei Municipal nº 736 de 17 de junho de 2020 e Lei Complementar 002 de 05 de agosto de 2021, estabelece no Artigo 3º que a ocupação de espaços comerciais, já existentes e previstos na planta baixa do prédio da Estação Rodoviária Municipal e na Praça Adelaide Alves de Lima, se dará mediante licitação pública, e na forma prevista na Lei federal 8.666/93 e suas alterações, bem como outras normas correlatas específicas sobre o assunto, ficando assim justificado a necessidade desta Administração em realizar o procedimento licitatório.

DO VALOR MENSAL DA PERMISSÃO: Os Permissionários pagarão mensalmente ao Permitente pelo uso dos bens públicos o valor mínimo correspondente ao aluguel, conforme abaixo:

Item	Descrição dos Box/Quiosque	V. Mínimo
01	Box 04 - Concessão de Área Localizada no Terminal Rodoviário Medindo 20 m ² ; Destinado para Atividades Comercial.	331,00
02	Box 11 - Concessão de Área Localizada no Terminal Rodoviário Medindo 30,80 m ² , Destinado para Atividades Comercial.	474,00
03	Box 15 - Concessão de Área Localizada no Terminal Rodoviário Medindo 16,92 m ² , Destinado para Atividades Comercial.	198,00
04	Quiosque 02 - Concessão de Área Localizada na Praça Adelaide Alves de Lima Medindo 12,00 m ² , Destinado ao Ramo Alimentício em Geral.	400,00

O Permitente para atenuar os elevados custos de implantação do empreendimento, concederá aos Permissionários, um prazo de 30 (trinta) dias de carência, a contar da vigência do contrato, para o cumprimento da remuneração de que trata o item 3.1 **(se houverem novas instalações)**.

O valor remuneratório de que trata o item 3.1 será reajustado anualmente, obedecendo os índices Geral de Preços de Mercado IGPM/FGV, com fundamento na Lei 8.245/91, que permite reajuste a cada prorrogação.

O valor remuneratório mensal, observadas as disposições contidas nos itens anteriores, deverá ser pago ao Permitente por Boleto na data do seu vencimento, sob pena de ser acrescida de multa contratual de 02% (dois por cento), independentemente de ajuizamento da competente Ação de Cancelamento da Concessão ou da Execução de Cobrança.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ao Permitente, através da emissão de Boleto, emitido pelo Setor de Administração Tributária.

DO PRAZO DE PERMISSÃO: O prazo da presente permissão será de 12 (doze) meses, podendo ser revogada a qualquer tempo, desde que haja justificativa expressa da parte interessada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Em sendo do interesse das partes, poderão as presentes Permissões ser prorrogadas, por igual período, ensejando para tanto, a celebração de Termo Aditivo, observando as normas e condições vigorantes, obrigando-se os Permissionários a aceitarem a majoração do valor remuneratório mensal, de acordo com os preços e formas de reajustamentos vigorantes na ocasião.

DA OBRIGAÇÃO DA PERMISSIONÁRIA: Caso não haja prorrogação, A Permissionária se obriga a restituir o imóvel ora cedido completamente desocupado, por sua iniciativa, no vencimento do Contrato, independente de Notificação Legal por parte do Permitente, em Juízo ou fora dele.

As despesas com água, esgoto e energia elétrica correrão por conta do permissionário, bem como eventuais danos no imóvel e/ou a terceiros.

A permissionária será responsável pela solicitação e os custos de ligação de água/esgoto e energia elétrica do imóvel.

O permissionário em situação de inadimplência por mais de 90 (noventa) dias consecutivos poderão perder a permissão do uso do imóvel, tendo seu contrato rescindido.

Os Permissionários ficam obrigados a manter os bens público objeto deste Termo de Referência em perfeito estado de conservação, asseio e higiene, bem como, todas as instalações em perfeito estado de funcionamento, restituindo-o quando findo ou rescindido a Permissão de Uso, tal como ora o recebe, sem danos ou faltas, inclusive fechaduras, instalações sanitárias, hidráulicas, elétricas e demais equipamentos.

Os Permissionários se obrigam a satisfazer todas as exigências e registros legais no âmbito Federal, Estadual e Municipal pertinentes ao seu empreendimento, sem direito a qualquer indenização por parte do Permitente, devendo ainda, cumprir todas as determinações e normas vigentes, e sujeitar-se a fiscalização.

Os Permissionários obrigam-se a facultar ao Permitente, examinar ou vistoriar o BEM concedido quando este julgar conveniente ou necessário.

Os permissionários destinaram a utilização do bem concedido, exclusivamente para o fim atividades comerciais.

DA OBRIGAÇÃO DO PERMITENTE: Examinar ou vistoriar o BEM concedido quando julgar conveniente ou necessário.

Fiscalizar os pagamentos da remuneração mensal, bem como, das faturas pagas pelos Permissionários, referentes à Energia Elétrica, Água e Esgoto, bem como, os impostos, taxas e demais encargos tributários que recaiam sobre o bem concedido.

DA PENALIDADES: Fica estipulada multa de 03 (três) vezes, o valor da remuneração mensal para a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, independentemente de a natureza da falta implicar na imediata rescisão contratual.

DA TRANSFERÊNCIA: Não é permitida a transferência da Permissão de Uso de Bem

Público, no todo ou em parte, bem como, a sublocação ou empréstimo a terceiros.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As partes elegem o Fórum da Comarca de Deodópolis - MS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do Contrato, renunciado desde já qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DA VISITA: As empresas interessadas em participar no certame, que manifestarem interesse de visitar ao local do bem público, deverá entrar em contato pelo telefone 3448 - 1894, com a Secretária da pasta, Sr^a. Juliani Berloff.

ANEXO - III

CONCORRÊNCIA Nº 009/2021

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A empresa.....inscrita noCNPJ/MF nº
.....,localizadaà Rua/Av.....nº.....na
cidade de-....., DECLARA, em conformidade com o art.
32, parágrafo 2ºdaLei nº 8.666/93, que não existem fatos supervenientes a esta
licitação que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório
no Município de Deodópolis -MS.

.....-MS, de _____ 2021.

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO - IV

CONCORRÊNCIA Nº009/2021

DECLARAÇÃO

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988 (Lei nº9.854/99).

.....-MS, de _____ 2021.

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO -V

CONCORRÊNCIA Nº009/2021

DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LEI 123/06

Eu, _____ portador do CPF
Nº _____, afirmo como representante legal da
empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ de não haver
nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §4º do Artigo 3º da Lei
Complementar nº 123/06.

Local e data, de _____ de _____

_____ -MS, de _____ de 2021.

Assinatura do representante legal

ANEXO -VI

DECLARAÇÃO DE PLENA ACEITAÇÃO DOS TERMOS DA LICITAÇÃO

(nomedaempresa _____, inscrita no CNPJnº _____vem, através desta, declarar a plena e totalaceitaçãoesubmissão dos termos do Edital de Concorrência nº009/2021e seus anexos, sob as penalidades da Lei e que o exame dos documentos anexos a esta são suficientes para a adequada avaliação da instalação da concessão a executar, dos custos a considerar e da elaboração de proposta;

–MS, de de2021.

Nomee assinatura do representante legal

ANEXO- VII

DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA INSTALAÇÃO

Eu, _____ portador do CPF
Nº _____, como representante legal da
empresa _____ inscrita
no CNPJ nº _____ **DECLARO**, que tomei conhecimento, e
visitei o local onde serão instalados e explorado minhas atividades comercial no
Terminal Rodoviário de Deodópolis – MS/ Praça Adelaide Alves de Lima.

_____ –MS, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do representante legal

ANEXO - VIII

MINUTA DO TERMO CONTRATO DE CONCESSÃO° /2021.

TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS E A EMPRESA _____,

I CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO que entre si celebram, de um lado **O MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.903.176/0001 - 41, através da Secretaria Municipal de Administração, doravante denominado **CONCEDENTE** e do outro lado a empresa....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Rua.....na cidade de CEP....., inscrita no CNPJ/MF nº e Inscrição Estadual nº, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**.

II - REPRESENTANTES: Representa a **CONCEDENTE** o Sr. **Valdir Luiz Sartor**, Prefeito Municipal, portador do RG nº 1318154 SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº 312.958.780 - 20, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Osmir de Andrade nº 80 - centro, nesta cidade e a **CONCESSIONÁRIA** o (a) Sr/Srª., brasileiro (a), residente e domiciliado (a) na cidade de/....., a Rua., nº..... bairro..... portador (a) do RG nº e do CPF nº....., ajustam o presente Termo, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei 8.666/93 e suas alterações, e outras legislações afins, e pelas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente contrato é celebrado em decorrência da autorização outorgada pelo Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante de processo na Modalidade de Concorrência Pública nº 009/2021, Processo Licitatório nº 163/2021, que contém o respectivo procedimento licitatório gerador deste instrumento contratual, cujas peças é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO DO CONTRATO

3.1 - O presente instrumento de Contrato tem por objetivo a **CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, DESTINADO A EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS**, localizado nas dependências do Terminal Rodoviário de Deodápolis - MS/Praça Adelaide Alves de Lima, neste município conforme abaixo:

Item	Descrição dos Box	Valor Mensal

CLÁUSULA QUARTA- DO VALOR DA CONCESSÃO

4.1- **O CONCESSIONÁRIO** pagará ao **CONCEDENTE** pelo uso do bem público o valor de R\$(.....), pelo período de 12 (doze) meses, sendo o valor mensal de R\$......(), conforme o estipulado na proposta de preços do concessionário.

4.2- **O CONCEDENTE**, para atenuar os elevados custos de implantação do empreendimento, concederá ao **CONCESSIONÁRIO**, um prazo de 30 (trinta) dias de carência, a contar da assinatura deste contrato, para o cumprimento da remuneração de que trata o item 4.1 desta cláusula (**se houver novas instalações**).

4.2.1. - Ainda por compensação aos custos de investimento para implantação do empreendimento, o valor remuneratório do presente contrato será reajustado, anualmente, a partir de / /, obedecendo os Índices Geral de Preços de Mercado IGPM, fixado pelo Governo Federal, com fundamento na Lei 8.245/91, que permite reajuste a cada prorrogação.

4.2.2. - O valor remuneratório mensal, observadas as disposições contidas nos itens anteriores, deverá ser pago por boleto ao **CONCEDENTE** na data do seu vencimento, sob pena de ser acrescida de multa contratual de 02% (dois por cento), independentemente de ajuizamento da competente Ação de Cancelamento da Concessão ou da Execução de Cobrança.

4.2.3. - O valor da remuneração mensal será pago ao **CONCEDENTE**, através da emissão de Boleto, emitida pelo Setor de Administração Tributária.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE CONCESSÃO

5.1 - O prazo da presente **CONCESSÃO** será de 12 (doze) meses, conforme está contido no edital iniciando no dia.....de.....de 202....., e terminando no dia.....de.....de 202.....

CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 - Em sendo do interesse das partes, poderá o presente Contrato de **CONCESSÃO** ser prorrogado, ensejando para tanto, a celebração de Termo Aditivo, observando as normas e condições vigentes, obrigando-se a **CONCESSIONÁRIA** a aceitar a majoração do valor remuneratório mensal, de acordo com os preços e formas de reajustamentos vigentes na ocasião.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONARIA

7.1. - **A CONCESSIONARIA** se obriga a restituir o imóvel ora cedido complementarmente desocupado, por sua iniciativa, no vencimento do Contrato, independente de Notificação legal por parte do **CONCEDENTE**, em Juízo ou foradele.

7.2. - Todos os impostos, taxas e demais encargos tributários que recaiam sobre o bem concedido correrão por conta exclusiva da **CONCESSIONARIA**.

7.3. - Não é permitida a transferência deste Contrato, no todo ou em parte, bem como a sublocação ou empréstimo a terceiros. **A CONCESSIONARIA** destinará a

utilização do bem concedido, exclusivamente para o fim comercial estabelecido neste Contrato.

7.4. - **A CONCESSIONARIA** fica obrigado a manter o bem objeto deste Contrato em perfeito estado de conservação, asseio e higiene, bem como todas as instalações em perfeito estado de funcionamento, restituindo-o quando findo ou rescindido este compromisso, tal como ora o recebe, sem danos ou faltas, inclusive fechadura, instalações sanitárias, hidráulicas, elétricas e demais equipamentos, não cabendo a **CONCEDENTE** arcar com qualquer tipo de despesas relacionadas com a exploração do negócio.

7.5. - Havendo desistência da Concessionária em continuar explorando o objeto contratual depois de instalada, e antes do término da vigência da presente **CONCESSÃO**, sem que a **CONCEDENTE** tenha dado causa, as construções e benfeitorias executadas incorporam-se da mesma forma ao patrimônio do Município de Deodópolis - MS, não ficando este, sujeito ao pagamento de nenhum tipo de indenização.

7.6. - **A CONCESSIONARIA** se obriga a satisfazer todas as exigências e registros legais no âmbito Federal, Estadual e Municipal pertinentes ao seu empreendimento, sem direito a qualquer indenização por parte do **CONCEDENTE**, devendo ainda, cumprir todas as determinações e normas vigentes, e sujeitar-se a fiscalização.

7.7. Cada um das **CONCESSIONARIAS** se responsabilizará pela solicitação, custos de ligação e pelo pagamento da fatura do consumo de energia elétrica da Unidade Consumidora e do consumo de água/esgoto do hidrômetro de seu box, bem como eventuais danos no imóvel e/ou a terceiros.

7.8. - **A CONCESSIONÁRIA**, obriga-se a facultar ao **CONCEDENTE**, examinar ou vistoriar o BEM concedido quando este julgar conveniente ou necessário.

7.9. As **CONCESSIONÁRIAS** em situação de inadimplência por mais de 90 dias consecutivos poderão perder a permissão de uso do imóvel tendo seu contrato rescindido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. - Será responsável por fiscalizar a execução do presente contrato, o Sr.....nomeado pela Portaria nº

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - No descumprimento das obrigações contratuais fica estipulada multa de 03 (três) vezes, o valor da remuneração mensal para a parte que infringir qualquer das cláusulas do presente Contrato, independentemente de a natureza da falta implicar na imediata rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS

10.1- A morte dos contratantes não resolverá este contrato, que continuará em vigência, obrigando-se seus herdeiros e sucessores a respeitá-lo na íntegra.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - As partes elegem o fórum da Comarca de Deodápolis-MS, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando desde já qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.1. - E, por estarem justos e contratados, de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas para fins de direito.

Deodápolis-MS, de de 2021.

Prefeito Municipal- P/ Concedente

- P/Concessionaria

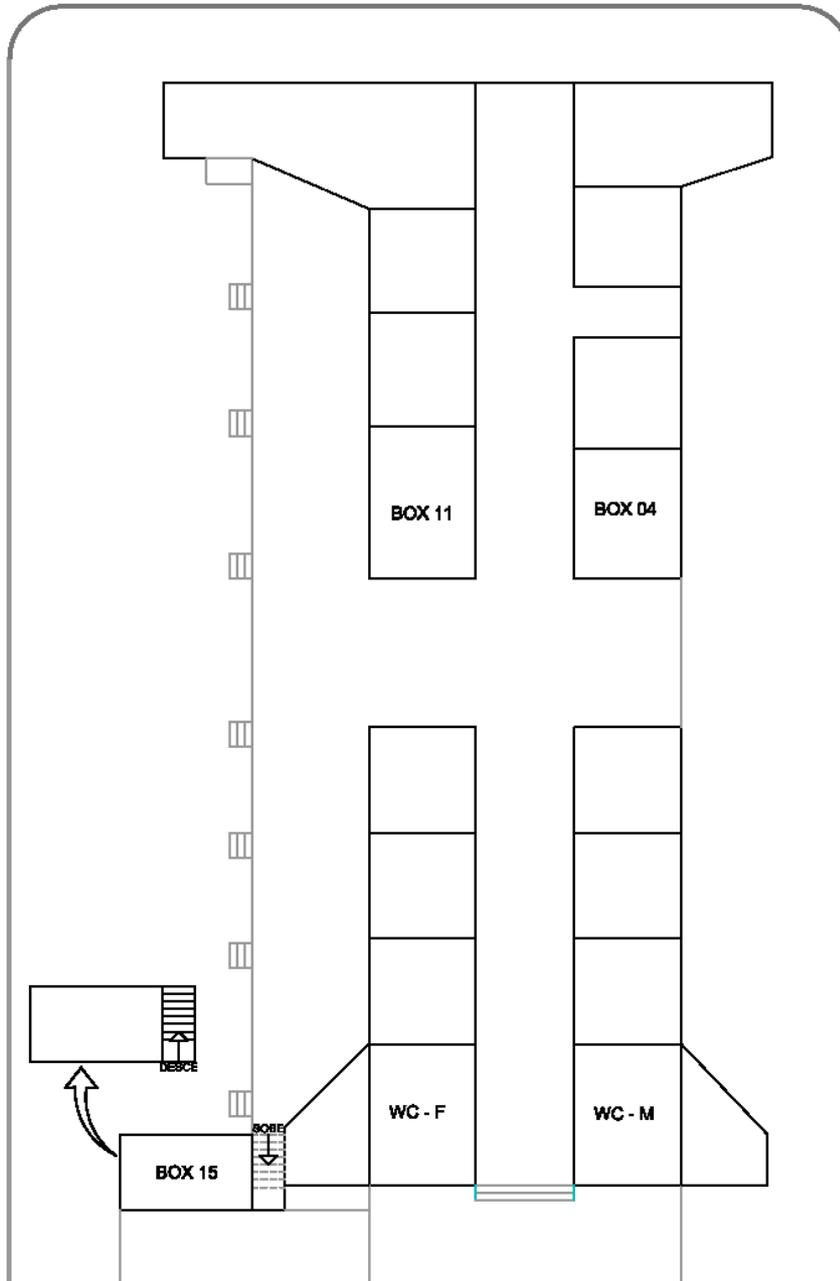
Testemunhas:

CPF

CPF

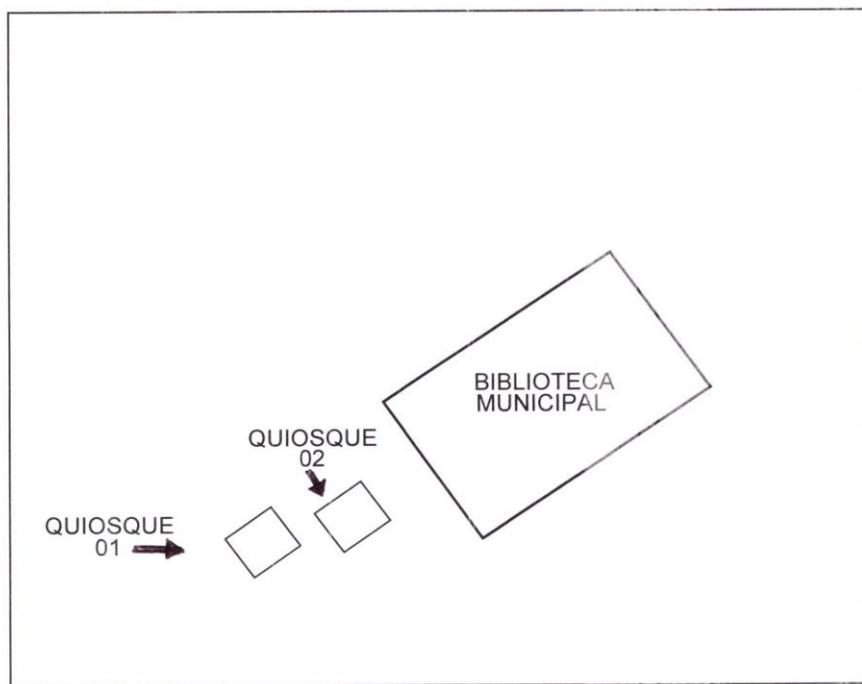
RUA FANOEL DO OURO ANTIGA RUA CRUZMALTINA

RUA JOSÉ CRISPINIANO DA ROCHA



BOX 04	20,00 M ²
BOX 11	30,80 M ²
BOX 15	18,92 M ²

**BOXES - TERMINAL RODOVIÁRIO DE DEODAPOLIS
SEM ESCALA**



AV. FRANCISCO ALVES DA SILVA

AV. OSMIR ANDRADE

**LOCALIZAÇÃO DOS QUIOSQUES DA
PRAÇA ADELAIDE ALVES DE LIMA**
SEM ESCALA





PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2021

Objeto: Concessão de Uso de Bem Publico, destinado à exploração de atividades comerciais nas dependências do Terminal Rodoviário e na Praça Adelaide Alves de Lima em Deodópolis - MS.

Razão Social:	
CNPJ N.º	
Endereço:	
E- mail:	
Cidade:	Estado:
Telefone/Fax	
Pessoa para contato:	

Recebemos, através da Coordenadoria de Licitações e Contratos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____, de _____ de 2021

Assinatura e Carimbo CNPJ

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre o **Município de Deodópolis**, e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital.

O não preenchimento do recibo exime o Setor de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.